

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.406 - RJ (2019/0107800-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : NATANAEL NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)
RECORRENTE : WILDEN JACKSON SOARES DE ARAUJO (PRESO)
RECORRENTE : FELIPE DE FRANCA DE MORAES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por NATANEL NASCIMENTO DOS SANTOS, WILDEN JACKSON SOARES ARAÚJO e FELIPE DE FRANCA DE MORAES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0072171-23.2018.8.19.0000, relator Desembargador João Ziraldo Maia).

Consta dos autos que os recorrentes foram presos preventivamente, acusados da suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II, do Código Penal; WILDEN também foi denunciado por roubo.

Irresignada com a demora na marcha processual, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem alegando que "os pacientes Wilden e Felipe se encontram presos desde 29/06/2016 e o paciente Natanael desde 21/03/2017 sem que a Instrução tenha sido encerrada" (e-STJ fl. 58).

A ordem foi denegada nos termos do acórdão de e-STJ fls. 56/62.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações precedentes.

Diante disso, pleiteia a libertação dos acusados.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 133/138).

É, em síntese, o relatório.

Informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem dão conta de que a demanda criminal encontra-se em fase de alegações finais, tendo a instrução sido

Superior Tribunal de Justiça

encerrada (e-STJ fl. 134).

Nessa alheta, aplica-se o conteúdo do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte ("*Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo*").

Assim, torna-se superada a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para a formação da culpa.

De outro lado, o recorrente FELIPE DE FRANCA DE MORAES foi beneficiado com a liberdade provisória aos 5/6/2019.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao recorrente o benefício da liberdade provisória, o presente recurso que objetivava, justamente, sua liberdade perdeu seu objeto.

Tal o contexto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário *em habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator